



Investigação Epidemiológica de Toxinfecções Alimentares na Rede de Farmácias Portuguesas: Um Estudo Piloto

Carla Torre¹, Roberto Brazão², José Guerreiro¹, Marta Gomes¹, Suzete Costa¹, Luísa Oliveira², Sílvia Viegas²

¹Centro de Estudos e Avaliação em Saúde (CEFAR), Associação Nacional das Farmácias (ANF)

²Unidade de Observação e Vigilância, Departamento de Alimentação e Nutrição, Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA)

(✉) silvia.viegas@insa.min-saude.pt

Introdução

As toxinfecções alimentares (TIAS) constituem um problema de saúde pública, podendo ser uma causa importante de morbidade e mortalidade, com consequências mais graves nos idosos, crianças, grávidas e imunocomprometidos.

A vigilância integrada de TIAS, com o envolvimento de agentes de saúde e autoridades de segurança alimentar, permite conhecer os veículos alimentares e fatores contributivos associados, possibilitando a gestão do risco destas infeções com vista à minimização da sua ocorrência.^{1,2}

A rede nacional de farmácias, quer pelos recursos humanos e tecnológicos, quer pela sua abrangência geográfica e frequentemente primeira porta de entrada no sistema de saúde, pode contribuir para o aumento da informação de TIAS disponível, por norma, frequentemente subnotificadas, e deste modo, apoiar na sua vigilância epidemiológica.

Objetivo

Avaliar a exequibilidade do recurso às farmácias enquanto fonte geradora de informação sobre TIAS, com vista à identificação dos alimentos e outros fatores associados à sua ocorrência, por forma a poder contribuir para a tomada de medidas preventivas que visem minimizar o impacto deste problema de saúde pública.

Métodos

O Grupo de Trabalho de TIAS (GTTA) do **Portal de Informação Alimentar – PortFIR**, em colaboração com o **Centro de Estudos e Avaliação em Saúde – CEFAR**, da ANF, desenvolveu um inquérito com o objetivo de investigar situações suspeitas de TIAS, para ser respondido pelos indivíduos com sintomas sugestivos destes problemas, que se dirigiram a uma das farmácia participantes no estudo.

Este estudo epidemiológico, descritivo e transversal, decorreu entre 18 de agosto a 15 de novembro de 2014, nas farmácias filiadas da Associação Nacional das Farmácias (ANF). Os indivíduos que apresentaram os sintomas e/ou comportamentos indiciadores de TIAS, sobretudo pelo pedido de dispensa de medicamentos potencialmente associados ao tratamento destas patologias, foram, de forma sistemática, convidados a responder ao inquérito.

O inquérito foi disponibilizado às farmácias participantes na plataforma web da ANF e foram desenvolvidos alertas no software de dispensa para os referidos medicamentos chave, de forma a alertar o farmacêutico para convidar a responder os indivíduos que preenchessem os critérios de elegibilidade e, desse modo, poder recolher informação relativa aos participantes (dados sociodemográficos, sintomas auto reportados, primeiro local onde se dirigiram para prestação de cuidados de saúde e terapêutica efetuada) e aos alimentos suspeitos ingeridos (género alimentício, tipo de confeção e local de aquisição/consumo).

Realizou-se uma análise estatística descritiva e foram calculadas frequências absolutas e relativas, medidas de localização e dispersão. Os valores omissos foram excluídos da análise. Todas as análises foram realizadas no programa SAS versão 9.1..

Resultados

Aceitaram participar no estudo 249 das 2767 farmácias convidadas, das quais 87 recrutaram um total de 527 indivíduos. Cerca de 2/3 foram recrutados durante o verão. A média de idades foi de 44,4 anos (DP=21,9), tendo variado entre 1 e 91 anos, e a maioria eram mulheres (61,3%), das quais 1,3% estavam grávidas.

Os sintomas mais frequentemente reportados, comumente estando associados às TIAS, foram “diarria” (86,0%), “cólicas” (47,6%) e “vómitos” (25,6%). A gravidade dos sintomas foi, na maioria das situações, moderada (55,9%) (Figura 1). Cerca de 1/3 dirigiu-se à farmácia até 12 horas após o início dos sintomas.



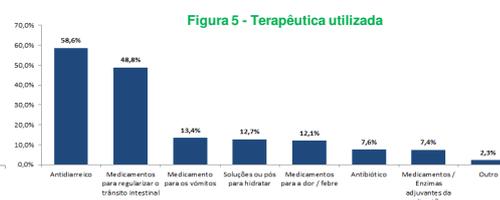
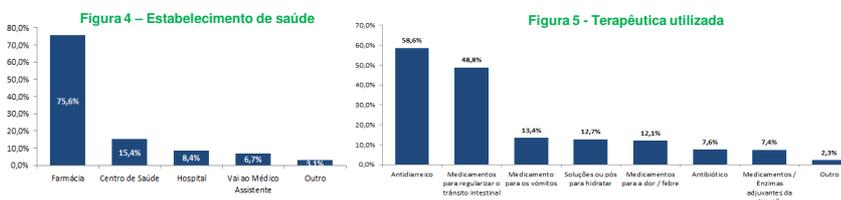
O alimento suspeito mais frequente a TIAS foi a “carne” (25,0%), seguido dos “ovos” (18,7%) e dos “legumes” (15,5%). Com exceção da fruta, na maioria dos casos reportados os alimentos encontravam-se cozinhados.



No que respeita ao local de aquisição/consumo dos alimentos suspeitos, 47,5% dos inquiridos referiram ter sido em “casa”, 22,2% em “restaurantes” e 11,6% em festas. Cerca de 64% dos indivíduos referiram ter havido exposição aos alimentos suspeitos por outras pessoas (em média, 13,0 indivíduos consomem os mesmos alimentos).



A maioria dos respondentes (75,6%) dirigiu-se à “farmácia” quando apareceram os primeiros sintomas. Em situações de sintomas sugestivos de TIAS, a maioria (58,6%) reportou tomar “antidiarreicos”, seguido de “medicamentos para regular o trânsito intestinal” (48,8%).



Conclusões

Os resultados são auto reportados e não existiram análises laboratoriais confirmatórias, podendo existir um viés de informação. Apesar desta limitação, os resultados deste estudo piloto são consistentes com os dados oficiais de investigações de TIAS efetuadas no INSA nos últimos 5 anos⁴ e reportados para a Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar (EFSA)⁵;

Como forma de ultrapassar a falta de informação epidemiológica sobre TIAS, e sendo crucial identificar os pontos críticos que contribuem para a sua ocorrência para a sua prevenção, as farmácias revelam-se uma fonte valiosa de informação e de educação para a saúde da população.

Referências

- [1] STEC Workshop Reporting Group. Experiences from the Shiga toxin-producing *Escherichia coli* O104:H4 outbreak in Germany and research needs in the field. Berlin, 28–29 November 2011. Euro Surveill. 2012;17(7):pii=20091. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2807/1564-5026-2012-17-7-20091>
- [2] Correia CB, Cunha IC, Coelho AS, et al. Investigação laboratorial de toxinfecções alimentares (2008-2011). INSA – Observações Boletim Epidemiológico 2013; 6 (2ª série).
- [3] DECO (Defesa do Consumidor). Revista Proteste nº 365, Fevereiro 2015.
- [4] Sílvia Viegas et al. Investigação laboratorial de toxinfecções alimentares. 2013. Boletim Epidemiológico Volume 3 - Número 7, Janeiro - Março 2014. ISSN: 0874-2928 | ISSN: 2182-8873